

A EXPANSÃO DOS CAMPI DOS INSTITUTOS FEDERAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE A PARTIR DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS

**THE EXPANSION OF FEDERAL INSTITUTE CAMPUSES AND REGIONAL DEVELOPMENT:
AN ANALYSIS BASED ON THE FEDERAL INSTITUTE OF TOCANTINS**

Artigo submetido em 04 de março de 2026

Artigo aprovado em 07 de março de 2026

Artigo publicado em 08 de março de 2026

Cognitio Juris

Volume 16 - Número 59 - 2026

ISSN 2236-3009

Autor(es):

Marianna Fernandes Fagundes Dornelles Amorim[1]

Sara Brigida Farias Ferreira [2]

Samuel Sousa Moura[3]

José Fernando Bezerra Miranda[4]

Fabian Serejo Santana[5]

Augusto de Rezende Campos[6]

RESUMO: A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica consolidou uma política pública orientada não apenas à ampliação da oferta educacional, mas também à promoção do desenvolvimento regional. Instituída pela Lei nº 11.892/2008, a Rede redefiniu a educação profissional ao integrá-la a estratégias de interiorização, territorialização e fortalecimento socioeconômico, estruturando os Institutos Federais como instituições multicampi comprometidas com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse cenário, o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) insere-se como expressão concreta dessa política, tendo ampliado sua presença territorial por meio da implantação e consolidação de campi em diferentes regiões do estado. O artigo analisa a trajetória de institucionalização e expansão do IFTO, buscando compreender como fundamentos normativos, planejamento estratégico, materializado nos Planos de Desenvolvimento Institucional, e gestão orçamentária se articulam na produção de impactos educacionais e sociais no território tocantinense. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em análise bibliográfica e documental, incluindo legislação, literatura especializada, documentos institucionais e dados relativos à execução orçamentária e investimentos recentes. A interpretação fundamenta-se nas categorias de eficiência, eficácia e efetividade aplicadas à avaliação de políticas públicas. Os achados indicam que a expansão do IFTO contribuiu para a democratização do acesso à educação profissional e superior, para a qualificação da mão de obra local e para o fortalecimento da inserção territorial da instituição. Conclui-se que a consolidação da Rede Federal, pode constituir um instrumento relevante de inclusão social e dinamização econômica regional.

Palavras-chave: Educação Profissional; Institutos Federais; Desenvolvimento Regional; Interiorização; Políticas Públicas.

ABSTRACT: The creation of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education consolidated a public policy aimed not only at expanding educational provision but also at promoting regional development. Established by Law No. 11,892/2008, the Network redefined vocational education by integrating it into strategies of interiorization,

territorialization, and socioeconomic strengthening, structuring the Federal Institutes as multicampus institutions committed to the articulation of teaching, research, and extension. In this context, the Federal Institute of Tocantins (IFTO) represents a concrete expression of this policy, expanding its territorial presence through the establishment and consolidation of campuses in different regions of the state. This article analyzes the trajectory of institutionalization and expansion of IFTO, seeking to understand how normative foundations, strategic planning, materialized in the Institutional Development Plans, and budget management are articulated in producing educational and social impacts within the territory of Tocantins. The study adopts a qualitative approach based on bibliographic and documentary analysis, including legislation, specialized literature, institutional documents, and data related to budget execution and recent investments. The interpretation is grounded in the categories of efficiency, efficacy, and effectiveness applied to public policy evaluation.

The findings indicate that IFTO's expansion has contributed to the democratization of access to vocational and higher education, the qualification of the local workforce, and the strengthening of the institution's territorial integration. It is concluded that the consolidation of the Federal Network may constitute a relevant instrument for social inclusion and regional economic dynamization.

Keywords: Professional Education; Federal Institutes; Regional Development; Interiorization; Public Policy.

INTRODUÇÃO

A consolidação dos Institutos Federais como instrumentos estruturantes da política educacional brasileira insere-se em um projeto nacional que associa educação profissional, territorialização e desenvolvimento regional. A partir da promulgação da Lei nº 11.892/2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica passou a assumir papel estratégico na interiorização do ensino público federal, rompendo com padrões históricos de

concentração espacial e incorporando, em seu desenho institucional, a promoção do desenvolvimento socioeconômico como finalidade explícita. Nesse contexto, o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) configura-se como expressão concreta dessa política pública, cuja expansão territorial e institucional se articula a processos de planejamento estratégico, gestão orçamentária e inserção regional.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa consiste em compreender de que maneira a institucionalização e a expansão da Rede Federal, com ênfase no caso do IFTO, materializam o paradigma do desenvolvimento regional por meio da articulação entre fundamentos normativos, estrutura multicampi, planejamento estratégico e execução orçamentária. O objetivo central é analisar a trajetória de expansão do IFTO sob três perspectivas complementares: (i) os fundamentos legais e teóricos que orientam a política de interiorização e territorialização; (ii) o planejamento institucional expresso nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e seus mecanismos de governança; e (iii) a gestão dos recursos públicos destinados à expansão, considerando seus impactos educacionais, sociais e econômicos no território tocantinense.

A relevância do estudo reside na necessidade de avaliar em que medida a expansão física e administrativa dos Institutos Federais tem sido acompanhada pela consolidação de sua função estruturante no desenvolvimento regional, especialmente em estados marcados por diversidade territorial e desafios socioeconômicos como o Tocantins. Ao examinar limites, potencialidades e condicionantes da política de expansão, inclusive diante de ciclos de restrição e recomposição orçamentária, a pesquisa contribui para o debate sobre a efetividade das políticas públicas educacionais.

Metodologicamente, o trabalho adota abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. São analisados dispositivos legais, literatura especializada sobre desenvolvimento regional e educação profissional, dados institucionais, documentos de planejamento estratégico do IFTO e informações relativas à execução orçamentária e aos

novos investimentos federais.

INSTITUTOS FEDERAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: TERRITORIALIZAÇÃO, INTERIORIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL DA REDE FEDERAL

A compreensão da relação entre os Institutos Federais e o desenvolvimento regional exige o reconhecimento de que essa vinculação não constitui efeito secundário da política educacional, mas sim elemento estruturante do próprio desenho institucional da Rede Federal. Conforme demonstram Pozzer e Neuhold (2024), o desenvolvimento regional tornou-se a “coluna vertebral” da política pública instituída pela Lei nº 11.892/2008, orientando a expansão e a interiorização da educação profissional e tecnológica a partir de uma lógica territorializada e endógena.

Segundo os autores, a política de criação dos Institutos Federais rompeu com a tradição histórica de concentração das escolas técnicas em capitais e centros industriais, promovendo deliberadamente a instalação de campi em pequenos e médios municípios. O estudo evidencia que 58,8% dos novos campi foram implantados em localidades com menos de 100 mil habitantes, confirmando o caráter territorial da política e sua orientação para o fortalecimento de arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Esse movimento sinaliza a adoção do paradigma do desenvolvimento regional no qual o território deixa de ser mero espaço de recepção de investimentos externos e passa a ser compreendido como agente ativo de transformação socioeconômica.

Pozzer e Neuhold (2024) demonstram ainda que a Lei nº 11.892/2008 incorporou explicitamente dimensões do desenvolvimento sustentável, nos âmbitos ambiental, cultural, econômica, social e territorial, em seus dispositivos normativos, especialmente nos artigos 6º e 7º, que tratam das finalidades e objetivos dos Institutos Federais. A educação profissional, nesse contexto, passa a articular ensino, pesquisa e extensão com a geração de soluções técnicas e tecnológicas alinhadas às peculiaridades regionais, à transferência de tecnologias

sociais e ao fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

Do ponto de vista institucional, o modelo multicampi e a definição territorial de atuação conferem aos Institutos Federais responsabilidade direta na ordenação territorial e na dinamização econômica das regiões onde se inserem. A expansão não se limitou ao aumento quantitativo de unidades, mas implicou redefinição da missão institucional, que passou a incorporar a intervenção qualificada no território por meio de diagnósticos regionais, diálogo com atores sociais e integração com políticas públicas locais (Pozzer; Neuhold, 2024).

Entretanto, a análise dos autores supramencionados aponta que a materialização plena desse projeto enfrenta desafios relacionados à cultura organizacional preexistente e à fragilidade de espaços institucionais de governança territorial. Essa constatação é relevante para a análise do Instituto Federal do Tocantins - IFTO, pois permite compreender que a expansão física e a interiorização representam condição necessária, mas não suficiente, para a consolidação do desenvolvimento regional enquanto eixo estruturante.

Assim, ao analisar a trajetória do IFTO, é imprescindível considerar que sua expansão territorial insere-se em um projeto nacional mais amplo, no qual os Institutos Federais foram concebidos como agentes dinamizadores do desenvolvimento regional, articulando formação técnica, inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão comunitária em consonância com as especificidades socioeconômicas do Tocantins.

INSTITUCIONALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE FEDERAL: FUNDAMENTOS NORMATIVOS E IMPACTOS SOCIAIS

A institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da Lei nº 11.892 de 2008, representou marco normativo estruturante para a consolidação da educação profissional como política pública de Estado. A legislação definiu os Institutos Federais como instituições pluricurriculares e multicampi vocacionadas à oferta de educação profissional em diferentes níveis e modalidades, articulando ensino, pesquisa e

extensão com vistas ao desenvolvimento socioeconômico regional (Brasil, 2008).

A criação dessa rede resultou de um processo histórico de reconfiguração da educação profissional brasileira. Estudos que analisam a trajetória institucional da Rede Federal destacam que sua expansão esteve associada à ampliação do papel social da educação técnica, historicamente marcada por dualidades estruturais entre formação geral e formação profissional (Nascimento; Cavalcanti; Ostermann, 2020).

Nesse sentido, a expansão dos Institutos Federais constituiu estratégia de superação parcial dessa dualidade, ao integrar formação técnica, científica e cidadã em um mesmo projeto pedagógico. Tal concepção ampliou o alcance social da educação profissional, permitindo que estudantes oriundos da classe trabalhadora acessassem instituições públicas federais de elevada qualidade acadêmica.

A literatura evidencia que a política de expansão produziu impactos relevantes na democratização do acesso ao ensino público federal. Conforme analisa Darosa (2023), a interiorização dos campi possibilitou o ingresso de sujeitos historicamente excluídos da educação técnica e superior, reconfigurando o perfil socioeconômico discente e ampliando a função social da Rede Federal.

Além da ampliação do acesso, estudos apontam elevado desempenho acadêmico dos estudantes dos Institutos Federais, mesmo em contextos socioeconômicos menos favorecidos, indicando qualidade educacional associada à política pública de expansão (Nascimento; Cavalcanti; Ostermann, 2020).

Outro eixo analítico refere-se à eficiência institucional. Pesquisas sobre gestão educacional indicam que, apesar de heterogeneidades, os Institutos Federais apresentam capacidade de ampliação de cursos e vagas com relativa otimização da força de trabalho existente, evidenciando racionalidade administrativa na implementação da política pública (Silva; Benedicto; Carvalho, 2024).

Assim, a fundamentação teórica converge para a compreensão de que a expansão da Rede Federal articula democratização educacional, inclusão social e progresso territorial. A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir de 2003, com ênfase na criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/2008, relaciona-se com a expansão ao desenvolvimento regional brasileiro

A discussão de Pereira e Cruz (2019) parte do histórico de desigualdades territoriais no país e da concentração de infraestrutura e oportunidades nas regiões litorâneas e mais industrializadas, situando a educação profissional como instrumento potencial de integração territorial. Entre 2003 e 2015, houve crescimento expressivo das matrículas na Rede Federal: no nível médio técnico, o total passou de 79.484 para 325.097; no ensino superior, de 33.801 para 144.876, segundo dados do Censo da Educação Básica (INEP).

A expansão foi organizada em três fases (2005–2014), totalizando 488 novos campi, com critérios de localização que priorizaram interiorização, equilíbrio territorial, atendimento a mesorregiões pouco contempladas, sintonia com arranjos produtivos locais e áreas de maior vulnerabilidade social. Em 2002, a Rede contava com 113 campi; em 2016, esse número alcançou 488, distribuídos em todas as regiões do país (Pereira; Cruz, 2019).

A macrorregião Centro-Oeste apresentou o maior crescimento relativo, passando de 9 para 56 unidades, enquanto Norte, Nordeste, Sudeste e Sul registraram expansão significativa. Do total de novas unidades, 94% foram implantadas fora das capitais, comprovando a estratégia de interiorização e desconcentração espacial. Além disso, 135 das 137 mesorregiões brasileiras passaram a contar com pelo menos um campus após o processo de expansão (Pereira; Cruz, 2019).

A estrutura multicampi e a autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica atribuídas aos Institutos Federais reforçam sua inserção territorial e sua capacidade de dialogar com demandas locais e regionais. As finalidades institucionais incluem oferta de

educação em diferentes níveis, pesquisa aplicada e extensão tecnológica, articuladas ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (Pereira; Cruz, 2019).

Pereira e Cruz (2019) sustentam que a capilaridade da Rede Federal, associada a políticas públicas integradas, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), pode contribuir para reduzir desigualdades territoriais históricas, ampliar oportunidades educacionais e fomentar transformações econômicas e sociais em regiões periféricas. Contudo, reconhece-se que tais impactos dependem da articulação intersetorial, da governança multiescalar e da superação de limites estruturais do desenvolvimento brasileiro.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFTO: ANÁLISE DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (2010-2029)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010–2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) consiste no documento oficial de planejamento estratégico da instituição para o período de cinco anos, aprovado pelo Conselho Superior e elaborado em conformidade com a legislação educacional brasileira (IFTO, 2013).

Trata-se de um instrumento normativo e orientador que define a identidade institucional, as diretrizes acadêmicas e administrativas, as metas de expansão e os compromissos com o desenvolvimento regional. Sua elaboração atende às exigências do Ministério da Educação para credenciamento e avaliação das instituições de ensino superior, além de funcionar como referência para a gestão e para os processos de avaliação institucional (IFTO, 2013).

O documento foi produzido com a finalidade de organizar o crescimento do IFTO após sua criação pela Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesse contexto, o PDI estabelece as bases para a consolidação da instituição no estado do Tocantins, articulando ensino, pesquisa, extensão e inovação com as demandas socioeconômicas regionais, de acordo com os pontos centrais demonstrados pela Tabela 1.

Tabela 1 – Aspectos centrais do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010–2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)

Perfil institucional e inserção regional	O PDI apresenta o histórico de formação do IFTO, sua missão, voltada ao desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do Tocantins, e sua visão de tornar-se referência em ensino, pesquisa e extensão com foco em inovação e sustentabilidade. Também contextualiza a realidade econômica do estado, evidenciando setores estratégicos como agropecuária, serviços, indústria e infraestrutura logística.
Expansão acadêmica e oferta de vagas	O plano detalha a estrutura multicampi da instituição e a ampliação da oferta de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. No primeiro semestre de 2013, por exemplo, foram ofertadas 2.630 vagas presenciais, distribuídas entre cursos técnicos integrados, subsequentes, licenciaturas, bacharelados, cursos superiores de tecnologia e especializações. O documento também apresenta dados sobre matrículas, demonstrando significativa concentração de estudantes no Campus Palmas
Políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação	O PDI reafirma o princípio da indissociabilidade entre essas dimensões, propondo fortalecimento de grupos de pesquisa, programas institucionais, incentivo à inovação tecnológica e integração com os arranjos produtivos locais
Gestão e avaliação institucional	O documento prevê a implementação de processos sistemáticos de autoavaliação conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), alinhados às diretrizes do SINAES e da CONAES, como mecanismo de aprimoramento contínuo da qualidade acadêmica.
Infraestrutura e capacitação de servidores	São estabelecidas metas para ampliação de instalações físicas, bibliotecas, laboratórios e polos de educação a distância, além de programas de qualificação docente em nível de mestrado e doutorado.

Fonte: IFTO (2013). Elaborada pelos autores.

Já o documento correspondente ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015–2019 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) também se trata de um instrumento de planejamento estratégico exigido pela legislação educacional

brasileira, elaborado para orientar a organização, a expansão e o funcionamento institucional no período de cinco anos (IFTO, 2013).

Produzido com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), na Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e em normativas complementares do Ministério da Educação, tem como objetivo principal consiste em estabelecer diretrizes, metas, políticas e estratégias voltadas à consolidação e ao desenvolvimento do IFTO, articulando ensino, pesquisa e extensão em consonância com as demandas socioeconômicas do estado do Tocantins (IFTO, 2013).

Entre os principais pontos abordados, destacam-se: (i) o perfil institucional e o histórico de criação do IFTO, resultante da integração de escolas técnicas federais; (ii) a definição da missão, visão, objetivos estratégicos e indicadores de desempenho; (iii) o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com fundamentos legais, princípios orientadores e organização curricular; (iv) o planejamento da oferta de cursos técnicos, de graduação, pós-graduação e educação a distância; (v) a política de expansão de vagas e de infraestrutura física; (vi) a composição e o plano de qualificação do corpo docente e técnico-administrativo; (vii) as políticas de assistência estudantil e inclusão; (viii) os mecanismos de avaliação institucional, em conformidade com o SINAES; e (ix) a demonstração da sustentabilidade financeira e projeções orçamentárias para o período de vigência (IFTO, 2013).

Já o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), igualmente elaborado em conformidade com a legislação educacional vigente como os dois anteriores e também válido pelo mesmo período, foi construído a partir de metodologia participativa, com envolvimento de pró-reitorias, diretorias sistêmicas, comissões temáticas e comissões locais nos diversos campi, além de consulta à comunidade acadêmica. Sua elaboração observou referenciais legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei do SINAES, a Lei de criação dos Institutos Federais, o Plano Nacional de Educação e o Plano Plurianual da União (IFTO, 2014).

Entre os principais eixos estruturantes do plano destacam-se: (i) a definição da missão, visão, valores e metas institucionais; (ii) o Projeto Pedagógico Institucional, com diretrizes para ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social; (iii) o planejamento da oferta e expansão de cursos; (iv) a política de assistência estudantil e permanência; (v) a expansão e melhoria da infraestrutura física, bibliotecas e laboratórios; (vi) a qualificação e ampliação do quadro de pessoal; (vii) a sustentabilidade financeira; e (viii) o sistema de monitoramento, avaliação e gestão de riscos (IFTO, 2014).

O PDI também apresenta a avaliação dos resultados do ciclo anterior (2015–2019), com indicadores relacionados à ampliação de vagas, permanência e êxito estudantil, integração entre ensino, pesquisa e extensão, sustentabilidade, parcerias institucionais, qualificação de servidores e captação de recursos, evidenciando avanços e desafios para o novo período de vigência (IFTO, 2014).

Por fim, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025–2029 do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), elaborado em conformidade com o Decreto nº 9.235/2017 e com a legislação educacional vigente, foi construído de forma participativa, envolvendo dirigentes, servidores, estudantes e comissões temáticas e locais, além de consultas públicas e fóruns institucionais. Sua elaboração teve como base marcos legais da educação brasileira, resultados do PDI anterior (2020–2024) e análises estratégicas institucionais, como diagnóstico situacional (SWOT) e planejamento orientado pelo modelo Balanced Scorecard (BSC).

De maneira geral, o PDI tem como finalidade alinhar as ações do IFTO às demandas sociais e ao desenvolvimento regional do Tocantins, estabelecendo objetivos estratégicos voltados para: promoção do desenvolvimento regional sustentável; ampliação do acesso, permanência e êxito estudantil; fortalecimento da inovação tecnológica e do empreendedorismo; consolidação da identidade institucional; aprimoramento da governança e da gestão; valorização e qualificação de servidores; expansão e modernização da

infraestrutura (IFTO, 2023).

O documento também contempla o Projeto Pedagógico Institucional, políticas de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, planejamento da oferta de cursos, perfil do corpo docente e técnico-administrativo, gestão orçamentária e mecanismos de monitoramento e avaliação contínua (IFTO, 2023). Sob essa ótica, os campi do IFTO deixam de ser apenas unidades de oferta educacional e passam a atuar como polos territoriais de desenvolvimento, contribuindo para a dinamização econômica, a formação de mão de obra qualificada e a promoção da inclusão social.

A expansão física da instituição, quando associada a políticas de permanência estudantil e à diversificação da oferta de cursos, fortalece a capacidade dos territórios de reter talentos e estimular processos endógenos de desenvolvimento (Brandão, 2007).

A análise comparativa entre os PDIs demonstra, portanto, uma transição de uma política de expansão voltada à consolidação institucional para uma estratégia de expansão orientada ao impacto regional de longo prazo. Tal movimento reafirma o papel dos Institutos Federais como instrumentos de política pública capazes de articular educação, desenvolvimento regional e inclusão social, especialmente em estados com grande diversidade territorial, como o Tocantins.

EXPANSÃO DO IFTO: GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E NOVOS INVESTIMENTOS DO NOVO PAC

A pesquisa de Maurício et al (2020) examina a aplicação dos recursos destinados à ação de Expansão e Reestruturação do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) entre 2012 e 2015, com ênfase nos critérios de eficiência e eficácia da gestão orçamentária. Fundamenta-se na discussão sobre avaliação institucional no ensino superior brasileiro, especialmente a partir do Sinaes, e nos parâmetros de análise de políticas públicas, como eficiência, eficácia e efetividade.

A análise horizontal da dotação orçamentária revela oscilações significativas no período: após abertura de créditos extraordinários em 2012, houve decréscimo de 5,88% entre 2013 e 2014, seguido de variação de 83,65% e, posteriormente, pequena redução de aproximadamente 0,74% entre 2014 e 2015. Considerando o intervalo total, verificou-se aumento de 71,57% na dotação de 2015 em comparação a 2012 (Maurício et al., 2020).

Quanto à execução, apenas em 2013 ocorreu empenho integral (100%) da dotação final. Nos demais anos houve limitações decorrentes de contingenciamentos. A liquidação das despesas apresentou percentuais reduzidos: 0,11% em 2012, 14,46% em 2013, 20,53% em 2014 e 0% em 2015. Em relação aos pagamentos das despesas liquidadas, não houve quitação em 2012 e 2015, o que contribuiu para o crescimento dos restos a pagar. Entre 2013 e 2014, os restos a pagar não processados registraram variação de 96,95%, mantendo trajetória de elevação até 2015 (Maurício et al., 2020).

Apesar das fragilidades na execução financeira, os autores demonstram que as metas físicas de expansão foram majoritariamente alcançadas nos anos analisados, com desempenho inferior apenas em 2015, quando 46,7% da meta foi cumprida. Os dados evidenciam que houve alcance dos objetivos planejados (eficácia), porém com baixa capacidade de conversão tempestiva dos recursos autorizados em despesas liquidadas e pagas, resultando em acúmulo expressivo de obrigações financeiras para exercícios subsequentes.

Em 2024 foi apresentado o anúncio da criação de 100 novos campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), distribuídos pelos 26 estados e pelo Distrito Federal, com investimento total de R\$ 3,9 bilhões provenientes do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Do valor previsto, R\$ 2,5 bilhões destinam-se à implantação das novas unidades e R\$ 1,4 bilhão à consolidação e ampliação da infraestrutura de campi já existentes, incluindo construção de refeitórios, bibliotecas, ginásios, salas de aula e aquisição de equipamentos (Brasil, 2024).

Realizando uma revisão histórica, verifica-se a expansão do Instituto Federal do Tocantins à medida que novos campi foram sendo criados, expandido o desenvolvimento regional no interior do Estado e aquecendo a economia estatal de forma a ampliar os postos de mão de obra local, ampliar o conhecimento da população e destacar talentos anteriormente esquecidos.

Tabela 2 — Evolução da rede física do IFTO (campi) por marcos de implantação

Ano (marco)	Unidade criada/iniciada (exemplos principais)	Campi/unidades acumuladas*
1988	Araguatins (origem EAFA; depois integrado ao IFTO)	1
2003	Palmas (ETF passa a funcionar em 2003; depois integrado ao IFTO)	2
2007	Paraíso do Tocantins (UNED/ETF-Palmas)	3
2010	Araguaína; Gurupi; Porto Nacional (expansão/implantação)	6
2013	Dianópolis	7
2014	Colinas do Tocantins; Pedro Afonso; Lagoa da Confusão	10
2015	Formoso do Araguaia	11
2024	Tocantinópolis (novo campus – expansão)	12

*Contagem acumulada a partir das datas de criação/início informadas nas fontes (campus/campus avançado).

Fonte: IFTO, 2024a. Adaptada pelos autores.

Verifica-se que a partir de 2008, o Tocantins passou a receber novos campi do IFTO, distribuídos estrategicamente em regiões de baixa oferta educacional. Atualmente, o Instituto conta com onze unidades instaladas em regiões estratégicas como Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Lagoa da

Confusão, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Porto Nacional, além da Reitoria. A cidade de Tocantinópolis, município tocantinense localizado na microrregião do Bico do Papagaio, conta ainda com um Instituto Federal em fase de implantação (Brasil, 2026).

Essa capilaridade ampliou de forma significativa o acesso à Educação Profissional e Tecnológica no Estado, partindo do pressuposto ainda de que não só campi físicos estão disponíveis à população, mas também toda uma rede de educação à distância.

Figura 1 - Distribuição territorial dos campi do IFTO no Estado do Tocantins

Fonte: IFTO, 2025a.

O Novo PAC também prevê a criação de 140 mil novas matrículas. As unidades serão implantadas prioritariamente em regiões sem oferta de Instituto Federal ou com baixa proporção de vagas em cursos técnicos de nível médio. A iniciativa contribui para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, que estabelece a ampliação da educação profissional técnica, com expansão majoritária na rede pública (Brasil, 2026).

Os cursos são estruturados com base em diagnósticos socioeconômicos regionais, buscando alinhamento com demandas reais do mercado e vocações produtivas locais. Pensando ainda na familiarização do aluno e acesso ao estudo e capacitação profissional, são ofertados além dos cursos regulares, cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, com formação rápida de qualificação profissional. A partir desses estudos direcionados é possível verificar a crescente demanda de matrículas de estudantes e ampliação do ensino ofertado (IFTO, 2024a).

De acordo com o Relatório de Gestão do IFTO referente a 2024, o período foi especialmente relevante para os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), reafirmando sua importância na promoção da qualificação profissional e no fortalecimento do desenvolvimento regional. A partir de um planejamento estratégico orientado à ampliação e diversificação das ofertas, o Instituto expandiu o acesso à educação profissional,

contemplando distintos públicos, entre eles pessoas em situação de vulnerabilidade social e trabalhadores que buscavam atualização ou reinserção no mercado de trabalho (IFTO, 2024b).

Para além do aumento no número de vagas, destacou-se a ampliação de cursos alinhados às necessidades do mercado local, assegurando que a formação ofertada dialogasse com as demandas dos arranjos produtivos da região. A diversificação das áreas formativas possibilitou alcançar múltiplos segmentos, como agronegócio, tecnologia, setor de serviços, economia solidária, indústria, cultura e sustentabilidade. Soma-se a isso a flexibilidade das formações e o estabelecimento de parcerias institucionais, fatores que contribuíram para tornar a oferta mais inclusiva e acessível (IFTO, 2024b).

À medida em que os cursos e ensino ofertados são propositadamente cada vez mais semelhantes às necessidades da região, o interesse do aluno e a formação como profissional na área habilitada passam a ser mais eficientes. Ainda conforme o Relatório de Gestão do IFTO (2024), 41,9% dos egressos ativos no mercado de trabalho estão trabalhando na área do curso realizado no IFTO, um indicativo positivo da efetividade da formação oferecida pela instituição. Esse percentual demonstra que a capacitação adquirida durante o curso atende às exigências do mercado de trabalho e possibilita a inserção dos profissionais em suas respectivas áreas de atuação.

A evolução dos egressos ativos no mercado de trabalho demonstra um crescimento sólido e consistente ao longo dos anos. Entre 2020 e 2023, houve um avanço, passando de 58% para 78%, o que indica uma melhora significativa na empregabilidade dos formandos. A estabilização em 78% em 2024 pode refletir a consolidação desse progresso, demonstrando que a formação oferecida atende às demandas do mercado. O crescimento contínuo do índice de egressos ativos no mercado de trabalho reflete não apenas a qualidade da formação oferecida pelo IFTO, mas também sua ampla presença no estado do Tocantins. Com atuação presencial em 11 cidades e polos de Educação a Distância em todas as

microrregiões, a instituição amplia o acesso à educação e fortalece o desenvolvimento regional, tanto no aspecto econômico quanto no social (IFTO, 2024b).

Considerando essas evidências e intenções de ampliação do acesso ao ensino e formação profissional, para a consolidação das unidades existentes, registram-se R\$ 45,2 milhões destinados ao IFTO no período 2023–2026, associados a melhorias e ampliações de infraestrutura acadêmica e estudantil. Para a expansão, destaca-se o aporte de R\$ 25 milhões para implantação do Campus Tocantinópolis (2024–2026), com parâmetro de atendimento de aproximadamente 1.400 estudantes, conforme padrão adotado para novos campi. Esses dados reforçam a dimensão material da política de interiorização e permitem analisar a expansão do IFTO não apenas como aumento territorial, mas também como estratégia de investimento público com potencial efeito multiplicador regional (IFTO, 2024b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo do artigo permitiu compreender que a institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica consolidou um modelo de política pública cuja finalidade ultrapassa a mera ampliação da oferta educacional. No caso do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), observou-se que a expansão territorial, articulada ao planejamento estratégico expresso nos Planos de Desenvolvimento Institucional e à gestão orçamentária, revela uma construção institucional orientada à promoção do desenvolvimento regional.

A expansão dos campi dos Institutos Federais, analisada a partir do IFTO, evidencia o papel estruturante da educação profissional no desenvolvimento regional brasileiro. A interiorização do ensino público federal ampliou oportunidades educacionais em regiões historicamente menos atendidas, favoreceu a inclusão social e contribuiu para a qualificação da força de trabalho local. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão em diálogo com as demandas territoriais, a instituição fortaleceu sua inserção regional e colaborou para a

dinamização socioeconômica do estado.

Os dados examinados indicam que a expansão não se resume ao aumento físico de unidades, mas envolve planejamento institucional, governança e investimentos públicos capazes de produzir efeitos educacionais e sociais mensuráveis. Contudo, a consolidação desses resultados depende da manutenção de financiamento adequado, da continuidade das políticas de permanência estudantil e do fortalecimento dos mecanismos de avaliação e gestão.

Conclui-se que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica constitui política pública estratégica para o desenvolvimento nacional. Sua continuidade e aperfeiçoamento mostram-se fundamentais para a redução das desigualdades regionais, para a ampliação do acesso à educação pública de qualidade e para a promoção de processos sustentáveis de inclusão social e econômica.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 02 fev. 2026.

BRASIL. Casa Civil. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.** 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/if>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. Secretariada Comunicação Social. **Anúncio dos 100 Institutos Federais de Educação - Estados & municípios.** 2024. Disponível em: https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2024/03/12.03.2024-Paper-Anuncio-IFs_BR.pdf. Acesso

em: 10 fev. 2026.

DAROSA, Michelli Aparecida. Expansão para quem? Institutos Federais e acesso à educação em perspectiva. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/W35bVdfhpxBcmtnQ4M3vBrB/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2026.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014**. Palmas: IFTO, 2013. Disponível em: <https://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi/plano-de-deseenvolvimento-institucional-2010-2014.pdf/view>. Acesso em: 11 fev. 2026.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Palmas: IFTO, 2014. Disponível em: <https://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi/plano-de-de-senvolvimento-institucional-2015-2019.pdf/view>. Acesso em: 10 fev. 2026.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Palmas: IFTO, 2019. Disponível em: <https://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi/pdi-ifto-2020-2024.pdf/view>. Acesso em: 10 fev. 2026.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029**. Palmas: IFTO, 2023. Disponível em: https://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi/pdi_ifto_2025_2029_.pdf/view. Acesso em: 11 fev. 2026.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029**. Palmas: IFTO, 2024a.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. **No Tocantins, a data é celebrada com**

números que ilustram a forte presença da EPT. 2025a. Disponível em:

<https://portal.ifto.edu.br/noticias/no-tocantins-a-data-e-celebrada-com-numeros-que-ilustram-a-forte-presenca-da-ept>. Acesso em: 02 mar. 2026.

IFTO – INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS. Relatório de Gestão – Exercício 2024b. Palmas: IFTO, 2025b. Disponível em:

<https://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-exercicio-2023-1/relatorio-de-gestao-ifto-2024.pdf/view>. Acesso em: 25 fev. 2026

MAURICIO, Nathani Marrelli Matos et al. Expansão e reestruturação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins: uma análise dos critérios de avaliação e alocação de recursos, entre os anos de 2012 e 2015. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 4, p. 218–229, 2020. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1594/1446>. Acesso em: 09 fev. 2026.

NASCIMENTO, Matheus Monteiro; CAVALCANTI, Cláudio; OSTERMANN, Fernanda. Dez anos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/j66w94G68d56Z3CQhv5vCzG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2026.

PEREIRA, L. A. C.; CRUZ, J. L. V. Os Institutos Federais e o desenvolvimento regional: interface possível. **HOLOS**. Natal, 2019. DOI: 10.15628/holos.2019.7992. Disponível em:

<https://doi.org/10.15628/holos.2019.7992>. Acesso em: 12 fev. 2026.

POZZER, Marcio Rogerio Olivato; NEUHOLD, Roberta dos Reis. Regional development as a structuring axis of the Federal Institutes of Education, Science, and Technology. **Prometeica**

- **Journal of Philosophy and Science**, São Paulo, Brasil, v. 29, p. 41-82, 2024.

DOI: [10.34024/prometeica.2024.29.15280](https://doi.org/10.34024/prometeica.2024.29.15280). Disponível

em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/prometeica/article/view/15280>. Acesso em: 2

mar. 2026. SILVA, Sheldon William; BENEDICTO, Gideon Carvalho; CARVALHO, Francisval de Melo. Fatores determinantes da eficiência relativa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, 2024.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/pkpGXrHFddYCBjdmFQwBxHL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2026.

[1] Discente da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS. Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Tocantins – UFT.

[2] Doutoranda em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM) e em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (ProfNit), pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

[3] Graduado em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Estácio Ribeirão Preto. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.

[4] Doutorando em Educação pelo Educanorte pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins – UFT.

[5] Doutorando pelo Programa de Desenvolvimento Regional (PPGDR/UFT). Mestre em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (CIAMB/UFT).

[6] Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté (UNITAU).